



Sindicato dos Oficiais de Justiça

COMUNICADO

O SOJ reuniu no dia 13 de Julho com o Ministério da Justiça, estando presentes: a Sr.^a Ministra da Justiça Dra. Paula Teixeira da Cruz; o Sr. Secretário de Estado Eng. Fernando Santo e, o Chefe de Gabinete da Ministra da Justiça Dr. João Miguel Barros. Foram, entre outras, abordadas as seguintes questões:

a) **Governo:** a Senhora Ministra fez uma breve exposição sobre as prioridades do Governo na área da Justiça: Combate à Corrupção, Processo Civil, Acção Executiva e Credibilização da Justiça. De seguida, o Senhor Secretário de Estado expôs as prioridades respeitantes à Administração e Gestão do Património do Ministério da Justiça.

b) **Discorrendo sobre a apresentação,** o SOJ deixou expresso que, a batalha contra o despesismo agora assumida pelo Governo, na pessoa do Sr. Secretário de Estado, é fundamental para se implementarem as medidas necessárias para a recuperação da Justiça. *O SOJ sempre denunciou a má gestão e o despesismo dos dinheiros públicos;*

c) **Falta de quadros:** Todos reconhecem que faltam Oficiais de Justiça nos tribunais, mas é importante que não se atirem números para o ar. O Governo tem de reforçar os quadros mas também de definir os conteúdos funcionais da carreira de Oficial de Justiça. Há oficiais de justiça (quadros qualificados, com um regime especial) a desempenharem funções meramente administrativas;

d) **Mapa Judiciário:** A nossa posição é conhecida. Somos contra o modelo de administrativização da Justiça para efeitos estatísticos. No entanto, os portugueses sufragaram o Mapa Judiciário, apoiando as medidas da Troika e, conseqüentemente temos de respeitar essa vontade. Tal facto, não nos impede no entanto, de defender uma melhoria do Diploma. Assim, propusemos, entre outras:

- A **Gestão dos funcionários** deve caber ao Administrador do Tribunal, mantendo uma relação estreita com a DGAJ;

- Os **Gabinetes de apoio** aos Magistrados devem ser rejeitados, sob pena de serem implementados verdadeiros Gabinetes de “lobby”;

- A instalação das **novas comarcas** deve ser adiada, sem prejuízo de, na Comarca de Lisboa, serem reorganizadas as varas e juízos cíveis;

- Deve ser criada legislação para que o **Escrivão de Direito possa exarar alguns despachos**, libertando assim o Juiz para a função de julgar.

e) **Formação:** Defendemos a extinção do CFFJ e que a formação seja ministrada no CEJ; Propusemos também que fosse criada, no âmbito do CEJ, uma pós graduação para os candidatos a Escrivão de Direito, dotando-os assim de mais qualificação para o exercício de novas competências;

f) **Mobilidade:** O SOJ defende a redução dos movimentos ordinários e o aumento da transparência. Assim, todos os lugares vagos e, a vagar, devem ser colocados numa lista publicitada pela DGAJ. A discricionariedade, tal como foi reconhecido pela Sra. Ministra, não é um valor absoluto num estado de direito democrático.

Por fim, mas não menos importante, deve ficar expresso que muitos colegas têm questionado este Sindicato relativamente aos quadros das novas Comarcas. A posição do SOJ é, também nesta matéria, muito clara. Estas matérias exigem uma negociação com os Sindicatos e, nestes termos, estamos a aguardar a proposta do Governo.

Lisboa, 2011-07-20